

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 19 de agosto de 2025 às 07h44
Seleção de Notícias

CNBC Brasil Online | BR-SP

Patentes

Embraer reage a acusações dos EUA sobre 'práticas comerciais desleais'	3
ESTADÃO CONTEÚDO	

MSN Notícias | BR

19 de agosto de 2025 | Pirataria

Amcham se posiciona sobre investigação dos EUA e pede cooperação bilateral	5
--	---

Economia & Negócios - Estadão | BR

Patentes

Investigação contra o Brasil: Embraer e associações se defendem de acusações feitas pelos EUA .	7
AUTOR ÁLVARO GRIBEL	

Pirataria

Em resposta aos EUA, Brasil nega práticas desleais e diz não reconhecer legitimidade da investigação	9
AUTOR FLÁVIA SAID GABRIEL DE SOUSA	

Propriedade Intelectual

Brasil avança nas 6 áreas investigadas por USTR e melhor caminho é cooperação bilateral, diz Amcham	13
AUTOR ARÍCIA MARTINS	

Folha de S. Paulo | BR

19 de agosto de 2025 | Propriedade Intelectual

Brasil pede que EUA reavaliem investigação comercial sob risco de prejudicar relação	14
MERCADO JULIA CHAIB E MARIANA BRASIL	

G1 - Globo | BR

Propriedade Intelectual

Brasil entrega resposta à Justiça dos EUA e diz que não adota práticas desleais no comércio bilateral	16
***G1 MARIANA ASSIS	

O Globo Online | BR

Pirataria

CNI envia defesa aos EUA e pede uso de canais de cooperação existentes para relação comercial justa	18
ECONOMIA E NEGÓCIOS BRUNO ROSA	

Embraer reage a acusações dos EUA sobre 'práticas comerciais desleais'



Empresas brasileiras e entidades do setor produtivo intensificaram a defesa contra as acusações feitas pelo governo dos Estados Unidos, que investigam o Brasil sob alegação de práticas comerciais desleais. A Embraer, gigante da aviação, entregou nesta segunda-feira (18) um documento ao Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), alertando que impor restrições à companhia seria "diretamente contrário aos interesses norte-americanos", segundo a própria empresa.

Embora a Embraer tenha ficado de fora da tarifa de 50% implementada pelo presidente Donald Trump sobre produtos brasileiros, a companhia passou a ser alvo de uma alíquota de 10% e está no centro das investigações previstas pela Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 dos EUA.

A resposta integral do governo brasileiro também tem prazo para ser entregue nesta segunda-feira (18), última data possível para defesa oficial, conforme negociações diplomáticas.

Reação do setor produtivo brasileiro

Associações do setor agrícola e industrial, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), a Associação Brasileira das Indústrias de Vi-

dro (Abividro) e a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), também apresentaram suas manifestações ao USTR, repudiando o que consideram investigações injustificadas.

O USTR aponta seis pontos de questionamento ao Brasil: acesso ao mercado de etanol, combate ao desmatamento ilegal, fiscalização de medidas anticorrupção, concessão de tarifas preferenciais, proteção de **propriedade** intelectual e normas relacionadas ao comércio digital, incluindo o Pix. O governo brasileiro pretende contestar todos os tópicos no documento de defesa.

A Embraer declarou que "nenhuma dessas práticas tem relação com a empresa", frisando que seus produtos civis não se beneficiam de tarifas preferenciais. "Por exemplo, o comércio de produtos para aeronaves civis da Embraer não se beneficiou de supostas tarifas preferenciais injustas, pois o Brasil há muito tempo adere a uma abordagem de tarifa zero para produtos de aeronaves civis com todos os seus parceiros comerciais. Em suma, as alegações em questão são irrelevantes para as ações da Embraer no Brasil e nos Estados Unidos."

A companhia ainda destacou que, mantido o cenário de tarifa zero, prevê um déficit comercial de US\$ 8 bilhões (R\$ 43,2 bilhões) nas trocas com os Estados Unidos entre 2025 e 2030, devido à elevada importação de insumos norte-americanos para sua produção. A Embraer ressaltou ainda sua forte presença em território americano, por meio da subsidiária EAH, que atua desde 1979 em Fort Lauderdale, Flórida.

Impacto econômico e geração de empregos

No texto enviado ao USTR, a Embraer informou que gera atualmente 12,5 mil empregos nos Estados Unidos, dos quais 2,5 mil são diretos e 10 mil re-

Continuação: Embraer reage a acusações dos EUA sobre 'práticas comerciais desleais'

lacionados à cadeia de suprimentos, com expectativa de criar mais 5 mil postos de trabalho nos próximos cinco anos.

Na justificativa da investigação, o USTR alega que normas e políticas do Brasil prejudicam empresas de tecnologia dos EUA, limitam a liberdade de expressão e dificultam a inovação. As acusações incluem suposto favorecimento ao Pix, restrições às redes sociais e demora na aprovação de **patentes**.

O Ministério das Relações Exteriores preparou a defesa brasileira, já enviada à embaixada em Washington, elaborada por diplomatas especialistas do Itamaraty. Entre os argumentos, o governo brasileiro defenderá o Pix como ferramenta competitiva e de inclusão social, destacando que restringi-lo seria incoerente com a postura inovadora dos Estados Unidos.

O Brasil também pretende comparar ações dos dois países no setor de commodities agrícolas e utilizar argumentos já apresentados à União Europeia sobre o

tema do desmatamento, durante negociações do acordo comercial com o Mercosul. Sobre preferências comerciais, a defesa brasileira vai ressaltar o superávit dos Estados Unidos no comércio bilateral e informar que oito dos dez principais produtos importados pelo Brasil têm alíquota zero.

Anteriormente, o governo brasileiro avaliou a abertura da investigação como parte de uma estratégia econômica dos Estados Unidos, que busca justificar tarifas adicionais e evitar disputas jurídicas mais amplas. A expectativa sobre as apurações do USTR era alta no governo, que vê o processo como um desafio extra nas relações comerciais.

—

FAST Channels: Samsung TV Plus, LG Channels, TCL Channels, Pluto TV, Roku, Soul TV, Zapping Novos Streaming

Amcham se posiciona sobre investigação dos EUA e pede cooperação bilateral

A Amcham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil) enviou nesta segunda-feira (18) suas considerações sobre a investigação da Seção 301 aberta pelo escritório do USTR (Representante Comercial dos Estados Unidos) contra "práticas desleais" do Brasil. A entidade reforçou a importância de uma cooperação bilateral entre os países para encontrar soluções de interesse mútuo, evitando impactos negativos para ambas economias - o que aconteceria com a imposição de tarifas abrangentes, segundo a Amcham. No comunicado, a entidade reforça o superávit comercial norte-americano, condições tarifárias favoráveis de acesso ao mercado brasileiro e medidas de combate ao desmatamento como argumentos para contribuir com a investigação. A Câmara comentou sobre as seis frentes da apuração do USTR: Comércio e investimentos bilaterais A Amcham ressalta o superávit de US\$ 6,8 bilhões em bens e US\$ 23,1 bilhões em serviços no comércio com o Brasil.

A entidade ainda salientou que, nos últimos dez anos, o saldo acumulado pelos EUA foi de US\$ 257 bilhões. Sobre tarifas alfandegárias, o destaque do pronunciamento foi o acesso facilitado ao mercado brasileiro, justificado pelo volume de mais de 70% das exportações norte-americanas que entram com tarifa zero no país. Os investimentos recíprocos também foram ressaltados e a entidade afirma que o Brasil sustenta 110 mil empregos em território norte-americano, enquanto os EUA possuem mais de 3.900 empresas na economia brasileira, remetendo US\$ 54,2 bilhões em lucros para suas matrizes de 2015 a 2024. Comércio digital e serviços financeiros Sobre as plataformas digitais, a Amcham afirma que a regulação sobre responsabilidade ainda está sendo discutida no Legislativo e no Executivo, abrindo espaço para um debate bilateral que possibilite uma "regulação justa, transparente e não discriminatória".

Outro fator positivo são os mecanismos para transferência internacional de dados e a forte integração

digital entre Brasil e EUA podem proporcionar oportunidades para o comércio e os investimentos bilaterais, segundo o comunicado. Tarifas preferenciais No aspecto tarifário, a Amcham argumenta que os EUA possuem condições mais favoráveis de acesso ao mercado brasileiro que outros parceiros comerciais. A tarifa média efetiva é de 2,7% para produtos norte-americanos, abaixo dos 5,2% para o resto do mundo. Sobre os acordos de escopo parcial com Índia e México, o comunicado afirma que são autorizados pelas regras do comércio internacional e "têm alcance restrito e impacto marginal sobre o comércio brasileiro". A Câmara de Comércio pontua ainda que os setores privados de ambos países favorecem acordos para ampliar comércio e investimentos recíprocos. <https://www.youtube.com/watch?v=v33hZA8f3tE&pp=0gcJCa0JAYcqIYzv> Propriedade intelectual A Amcham reconheceu os desafios enfrentados no Brasil na proteção da **propriedade** intelectual e que as medidas de combate à pirataria física e digital devem ser intensificados.

Por outro lado, a entidade comenta sobre medidas para diminuir os prazos para concessão de patentes, que caiu em média para 2,9 anos. Além disso, o diálogo bilateral seria positivo para evolução do cenário no país e que a implementação de tarifas não solucionaria os problemas de propriedade intelectual, podendo inclusive comprometer os progressos alcançados. Biocombustíveis Como líderes na produção de biocombustíveis, a Amcham reforça que Brasil e EUA podem ampliar o acesso recíproco aos seus mercados. Os países também têm a oportunidade de aprofundar a cooperação para expandir o mercado internacional, segundo o comunicado, que destaca os biocombustíveis sustentáveis para aviação e transporte marítimo. Meio ambiente e desmatamento ilegal Por fim, a Câmara Americana de Comércio para o Brasil aponta medidas governamentais para mitigar os danos ambientais.

Continuação: Amcham se posiciona sobre investigação dos EUA e pede cooperação bilateral

Dentre elas, a meta do governo de desmatamento zero até 2030 e a redução da área desmatada em 30% no período entre 2023 e 2024.

Sobre o tema, a entidade ainda compara o cenário brasileiro à experiência internacional, que demonstra que o combate ao desmatamento ilegal depende de cooperação e que barreiras comerciais não re-

duziriam o desmatamento e nem conteriam o comércio ilegal de madeira. <https://stories.cnnbrasil.com.br/economia/petroleo-cafe-e-aeronaves-veja-itens-mais-exportados-pelo-brasil-aos-eua/>

Investigação contra o Brasil: Embraer e associações se defendem de acusações feitas pelos EUA



BRASÍLIA - A Embraer afirmou ao governo americano que impor restrições a importação da empresa seria "diretamente contrário aos interesses" dos próprios americanos. A resposta foi protocolada junto ao Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) nesta segunda-feira, 18.

Apesar de ter sido excluída do tarifaço de 50% imposto pelo governo Trump contra o Brasil, a Embraer foi atingida pela alíquota de 10% e também é investigada por supostas práticas comerciais desleais por parte do Brasil dentro dos termos da Seção 301, que faz parte da Lei de Comércio de 1974, dos Estados Unidos.

A resposta completa do governo brasileiro também é aguardada para esta segunda-feira, último dia do prazo para defesa.

Embraer e empresas brasileiras se defendem das investigações abertas pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) que acusa o Brasil de práticas ilegais de comércio. Na foto, o avião Embraer C-390 Millennium (tanque) Foto: Marcos Corrêa/PR

Além da Embraer, diversas associações também protocolaram resposta no órgão americano nos últimos dias, considerando as investigações injustas. Entre elas, a Confederação Nacional da Agricultura (C-

NA), Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), e Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).

Na investigação, o USTR acusa o Brasil em seis temas: acesso ao mercado de etanol do Brasil, desmatamento ilegal, falhas na fiscalização de medidas de anticorrupção, tarifas preferenciais injustas, proteção da **propriedade** intelectual e políticas relacionadas ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, o que inclui o Pix. Na defesa, o governo vai contestar os argumentos americanos.

Segundo a Embraer, "nenhuma dessas práticas tem relação com a empresa".

"Por exemplo, o comércio de produtos para aeronaves civis da Embraer não se beneficiou de supostas tarifas preferenciais injustas, pois o Brasil há muito tempo adere a uma abordagem de tarifa zero para produtos de aeronaves civis com todos os seus parceiros comerciais. Em suma, as alegações em questão são irrelevantes para as ações da Embraer no Brasil e nos Estados Unidos", diz a companhia.

A Embraer também diz que existe a projeção de um déficit comercial de US\$ 8 bilhões nas relações da empresa com os Estados Unidos, entre 2025 e 2030, em um cenário de tarifa zero. Isso porque a companhia é grande importadora de produtos e serviços americanos, que fazem parte da sua linha de produção.

A empresa afirma que mantém grande operação nos Estados Unidos, por meio da sua subsidiária EAH, que opera desde 1979 em Fort Lauderdale, no Estado da Flórida.

"A Embraer atualmente suporta 12,5 mil empregos nos EUA. Sendo 2,5 mil empregos diretos e 10 mil na

Continuação: Investigação contra o Brasil: Embraer e associações se defendem de acusações feitas pelos EUA

cadeia de suprimentos. A expectativa é de que mais 5 mil empregos sejam gerados nos próximos 5 anos", diz o documento.

Entenda a investigação Na abertura da investigação, o USTR afirmou que atos e políticas domésticas prejudicam empresas americanas de tecnologia, restringem a liberdade de expressão e impõem barreiras à inovação. Basicamente, acusa o Brasil de favorecer o Pix, censurar as redes sociais e ser moroso na **concessão** de patentes.

O Ministério das Relações Exteriores já encaminhou a defesa brasileira à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos. O documento foi preparado por um grupo de trabalho com vários diplomatas especialistas consultados pelo Itamaraty.

Entre os argumentos levados aos EUA, o governo brasileiro tentará mostrar que o Pix é um instrumento competitivo e de inserção social e que ir contra a ferramenta seria uma contradição dos Estados Unidos, que sempre incentivaram inovações.

Também vai comparar a atuação dos dois países em relação às commodities agrícolas e aproveitará alegações já enviadas à União Europeia (UE) nas tratativas de um acordo comercial com o Mercosul na questão do desmatamento, como já mostrou o Estadão/Broadcast.

Em relação a supostas preferências comerciais, o governo vai reforçar os números de superávit comercial dos Estados Unidos com o Brasil e que, dos dez principais produtos americanos importados pelo Brasil, oito possuem alíquota zero.

Na época da abertura da investigação, o Estadão/Broadcast mostrou que o governo enxergava a medida como uma investida econômica dos EUA para embasar o tarifaço em motivos econômicos e até mesmo evitar contencioso local.

A investigação do USTR já era esperada pelo governo brasileiro e foi vista como uma dose adicional de dificuldade ao processo.

Em resposta aos EUA, Brasil nega práticas desleais e diz não reconhecer legitimidade da investigação



BRASÍLIA - O Ministério das Relações Exteriores (MRE) enviou nesta segunda-feira, 18, uma defesa ao United States Trade Representative (USTR) - o Escritório do Representante Comercial dos EUA - sobre as acusações de práticas desleais de comércio por parte do Brasil, na Seção 301. O Itamaraty afirmou que não reconhece a legitimidade das acusações e que a Organização Mundial do Comércio (OMC) é o único foro apropriado para a solução de impasses comerciais.

"O Brasil reitera sua posição de longa data de que a Seção 301 é um instrumento unilateral inconsistente com os princípios e regras do sistema multilateral de comércio. O Brasil não reconhece a legitimidade de investigações, determinações ou potenciais ações retaliatórias tomadas fora do arcabouço legal da OMC, que é o único e apropriado foro para a solução de disputas comerciais entre seus Membros", afirmou o Itamaraty em documento enviado ao USTR.

O governo brasileiro disse também que o Brasil mantém um regime comercial "aberto e baseado em regras" e que as práticas brasileiras são "razoáveis, justas, equitativas e não discriminatórias".

Investigação dos EUA tensiona o exportadores do Brasil Foto: Anderson Coelho/Estadão

A legislação sobre recursos digitais do País, de acordo com o Itamaraty, não prejudica a competitividade

de empresas americanas.

O Itamaraty disse rejeitar "veementemente" as alegações feitas na Seção 301 sobre práticas desleais brasileiras e que o mecanismo adotado pela USTR é um instrumento inconsistente com as regras do sistema multilateral de comércio.

A investigação sobre o Brasil, nos termos da Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, foi anunciada no dia 15 de julho.

O que diz a USTR e como o MRE rebate A representação comercial americana acusa o Brasil em seis temas:

Acesso ao mercado de etanol do Brasil
Desmatamento ilegal
Falhas na fiscalização de medidas de anticorrupção
Tarifas preferenciais injustas
Proteção da propriedade intelectual
Políticas relacionadas ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, o que inclui o Pix

Na defesa, o governo contesta os argumentos americanos.

Na época da abertura da investigação, o Estadão/Broadcast mostrou que o governo enxergava a medida como uma investida econômica dos EUA para embasar o tarifaço em motivos econômicos e até mesmo evitar contencioso local.

Na resposta protocolada pelo MRE, assinada pelo ministro Mauro Vieira, o governo brasileiro disse que os acordos comerciais e as políticas tarifárias brasileiras não oneram nem restringem o comércio com os EUA.

O USTR afirmou que "o Brasil reduziu tarifas de forma injusta e preferencial ao celebrar acordos comerciais preferenciais de escopo parcial com certos

Continuação: Em resposta aos EUA, Brasil nega práticas desleais e diz não reconhecer legitimidade da investigação

grandes parceiros comerciais, ao mesmo tempo que prejudicou os Estados Unidos ao aplicar tarifas mais altas às importações norte-americanas", em referência às tarifas preferenciais do Brasil com Índia e México.

Na resposta, o governo brasileiro argumentou que os acordos foram celebrados no âmbito do Mercosul, que negociou acordos comerciais com diversas jurisdições, incluindo México, Índia e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta).

"Os Estados Unidos não são prejudicados por sua relação comercial com o Brasil; pelo contrário, comprovadamente se beneficiam dela", escreveu o chanceler brasileiro. O documento citou o superávit comercial de bens dos EUA em 2024, de US\$ 7,4 bilhões, com os americanos exportando US\$ 49,7 bilhões em bens para o Brasil e importando US\$ 42,3 bilhões do Brasil.

Combate à corrupçãoO MRE sustentou que o País mantém um regime jurídico forte e transparente para combater a corrupção, e os esforços para fazer cumprir essas leis estão se intensificando.

Na resposta protocolada pelo MRE, o ministro Mauro Vieira colocou que esses esforços foram, inclusive, "repetidamente reconhecidos" pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional.

Foram listadas a Lei Anticorrupção (2013) e a Lei da Improbidade Administrativa (1992) e a criminalização de práticas corruptas no Código Penal, além da adesão brasileira a convenções internacionais com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com a ONU.

Falhas na fiscalização de medidas de anticorrupção foram um dos itens abordados pela representação comercial americana.

Propriedade intelectualSobre outro tema abordado

pela USTR, referente à aplicação das leis antifalsificação e **antipirataria** pelo Brasil, bem como a duração do exame de pedidos de **patente**, o governo colocou que o Brasil mantém "um sistema jurídico abrangente e de alto padrão para a proteção dos direitos de **propriedade** intelectual (PI)".

Também foi alegado que o regime brasileiro "está em conformidade (e, em vários casos, supera os padrões previstos) nos tratados internacionais relacionados aos direitos de PI". O MRE ainda recordou que o próprio USTR elogiou as campanhas de execução de direitos de PI em larga escala brasileiras.

EtanolO Ministério das Relações Exteriores disse ao USTR que o País mantém mercado de etanol aberto e não impôs barreiras discriminatórias contra o etanol dos Estados Unidos. A consideração consta de resposta à USTR, que acusou o Brasil de práticas desleais de comércio.

"Historicamente, o Brasil manteve tarifas sobre o etanol bem abaixo da tarifa consolidada acordada como parte de sua filiação à OMC (ou seja, 35%)", escreveu o chanceler brasileiro, Mauro Vieira. O documento completa que essa tarifa se aplica igualmente a todos os países, incluindo os EUA, e é inferior à tarifa que o país norte-americano aplica atualmente às exportações de etanol do Brasil (a tarifa brasileira é de 18%, enquanto a tarifa dos EUA agora é de 52,5%).

"Essa diferença significativa entre as tarifas cobradas pelo Brasil e pelos Estados Unidos limita consideravelmente as oportunidades recíprocas para os produtores brasileiros de etanol acessarem o mercado de etanol dos EUA. Além disso, como a tarifa brasileira não é discriminatória em relação às importações dos EUA e está abaixo das alíquotas consolidadas do Brasil, ela está em total conformidade com as obrigações do Brasil", prosseguiu Mauro Vieira.

DesmatamentoSobre as acusações relacionadas a

Continuação: Em resposta aos EUA, Brasil nega práticas desleais e diz não reconhecer legitimidade da investigação

proteção ambiental e desmatamento, o governo brasileiro disse estar empreendendo esforços "ativos e coordenados" para reprimir o desmatamento ilegal no País e eliminar completamente a parcela de produtos provenientes de terras desmatadas ilegalmente em suas cadeias de suprimentos.

"Como parte desses esforços, o Brasil promulgou leis e políticas abrangentes e está colaborando com parceiros internacionais, incluindo os Estados Unidos, para enfrentar esses desafios ambientais."

O documento completou: "O Brasil insta o USTR a se abster de ações unilaterais nos termos da Seção 301, visto que tais medidas correm o risco de impedir, em vez de apoiar, os esforços contínuos do Brasil".

'Pix não discrimina'O governo brasileiro dedicou várias linhas à defesa do sistema de pagamentos contínuo e em tempo real, o Pix, na resposta às acusações do USTR de práticas desleais de comércio por parte do Brasil. Sustentou que o Pix representa uma "grande inovação" nos mercados financeiros nacionais e internacionais, sendo reconhecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela OCDE.

"Não há proibição para plataformas digitais - como WhatsApp, Facebook ou Instagram - oferecerem seus próprios serviços de pagamento digital", prosseguiu o MRE. No entanto, o ministério ressaltou que, "como quaisquer outros provedores de serviços de pagamento digital nacionais ou estrangeiros", eles devem obter autorização do Banco Central do Brasil; cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); e aderir aos requisitos regulatórios relevantes e não discriminatórios.

"Reiterando, não há discriminação contra provedores de serviços de pagamento digital dos EUA - seja na forma de requisitos adicionais ou distintos, ou de viés regulatório em relação a provedores nacionais ou de terceiros países", completou. "Todos os provedores, independentemente da origem, devem atender aos mesmos critérios para a prestação de ser-

viços de pagamento digital."

O MRE ainda citou números do Pix, como a movimentação de R\$ 26,4 trilhões em 2024 - para efeito de comparação, o Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, a soma dos bens e dos serviços do País, no mesmo ano, foi de R\$ 11,7 trilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Comércio digitalEntre vários pontos críticos a atos, políticas e práticas brasileiras, o escritório comercial americano entendeu que a interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o Artigo 19 do Marco Civil da **Internet** pode prejudicar a competitividade de empresas americanas envolvidas em comércio digital.

Segundo o MRE, esse entendimento "não está correto".

"A decisão não torna as empresas de mídia social estritamente responsáveis pelo conteúdo publicado por seus usuários, não aciona a remoção preventiva de conteúdo nem restringe o discurso político de outra forma e não aumenta o risco de danos econômicos às empresas de mídia social dos EUA ou de qualquer outra origem", disse o MRE.

O documento do governo brasileiro ainda argumentou que "não há evidências de quaisquer restrições ao comércio ou aos interesses dos EUA". "Muito pelo contrário, o Brasil é um dos maiores e mais lucrativos mercados para as empresas de mídias sociais dos EUA", prosseguiu.

O documento cita que o Brasil é atualmente o quarto maior mercado do mundo para o Facebook (110 milhões de usuários); o terceiro para o Instagram (130 milhões) e o segundo para o WhatsApp (165 milhões).

O governo brasileiro ainda sustentou que o padrão de responsabilidade atribuído pela Corte brasileira é semelhante ao refletido na Lei de **Direitos** Autorais do

Continuação: Em resposta aos EUA, Brasil nega práticas desleais e diz não reconhecer legitimidade da investigação

Milênio Digital dos EUA e na Lei Take It Down, assinada pelo presidente Donald Trump em maio de 2025.

O governo brasileiro ainda ressaltou que as políticas de tecnologia digital do Brasil buscam encontrar um equilíbrio entre a proteção da liberdade de expressão e a proteção de outros direitos e valores fundamentais, incluindo a necessidade de prevenir atividades criminosas online.

"Cada país, incluindo os Estados Unidos, enfrenta o desafio de encontrar o equilíbrio necessário, de acordo com seus próprios sistemas e escalas de valores", trouxe o documento, que citou "esforços semelhantes" em países como Austrália, Canadá, Reino Unido e os próprios EUA.

Resposta por 'espírito de diálogo' A respeito da resposta enviada aos EUA, em nota publicada nesta segunda-feira, 18, o MRE afirma que o Brasil não reconhece a legitimidade da investigação da Seção 301, conduzido pelo USTR. Segundo o Itamaraty, o Brasil respondeu os americanos devido ao "espírito de diálogo".

"Em sua manifestação, o Brasil reitera que não reconhece a legitimidade de instrumentos unilaterais como a Seção 301, que são inconsistentes com as regras e o sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). A participação brasileira no processo se dá em espírito de diálogo e de esclarecimento de fatos e não constitui

reconhecimento da validade ou jurisdição do procedimento", afirma o MRE.

Segundo o governo brasileiro, a resposta enviada aos EUA, que constitui dois documentos que, somados, ultrapassam as 120 páginas, foi elaborado a partir de esforço interministerial e consultas ao setor privado. Na resposta, o Itamaraty diz que o Brasil derruba alegações improcedentes e comprova a transparência de políticas brasileiras.

"A manifestação brasileira demonstra, de forma detalhada e com base em vasta documentação, que as alegações dos EUA são improcedentes. O documento comprova que as políticas brasileiras investigadas são transparentes, não discriminatórias, estão em plena conformidade com as melhores práticas internacionais e com as obrigações do País na OMC", diz outro trecho da nota.

O MRE declarou ainda que a premissa de que os EUA sofrem prejuízo na relação comercial é "inverídica" e foi "contraditada por fatos". "Há, em verdade, expressivo e crescente superávit comercial em favor dos EUA na relação com o Brasil", afirma.

O Itamaraty também declara que o governo brasileiro está disposto a tratar questões econômicas e comerciais de forma construtiva, desde que isso seja realizado em foros apropriados, como a OMC.

Brasil avança nas 6 áreas investigadas por USTR e melhor caminho é cooperação bilateral, diz Amcham



A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) enviou nesta segunda-feira, 18, documento ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), em que apresenta contribuições à investigação conduzida pelo órgão sobre supostas práticas comerciais ilegais do País, no âmbito da Seção 301 dos EUA.

No comunicado, a Amcham reconhece avanços do Brasil nas seis áreas abarcadas pelo inquérito: acesso ao mercado nacional de etanol; desmatamento ilegal; falhas na fiscalização de medidas de anticorrupção; tarifas preferenciais injustas; proteção da **propriedade** intelectual e políticas relacionadas ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, como o Pix.

'A Amcham Brasil defende que os dois países reforcem a cooperação bilateral e adotem uma agenda positiva', diz, em nota (na foto, o porto de Miami, nos EUA Foto: Chandan Khanna/AFP

Os EUA têm superávit comercial consistente com o Brasil, nota a entidade, com saldo positivo de US\$ 6,8 bilhões em bens e de US\$ 23,1 bilhões em serviços em 2024. Nos últimos 10 anos, houve superávit de US\$ 257 bilhões. Mais de 70% dos produtos americanos entram no País com tarifa zero, e o Brasil é fonte de investimentos nos EUA, sustentando mais de 110 mil empregos em vários setores, diz a Amcham.

Sobre acordos preferenciais, a associação afirma que as tratativas com Índia e México são autorizadas pelas regras internacionais, têm alcance restrito e impacto comercial "marginal" sobre o comércio brasileiro. Em relação às plataformas digitais, a regulação sobre a responsabilidade das publicações está em discussão no Legislativo e Executivo e há espaço para debate e diálogo.

A Amcham nota, ainda, que após assumir meta de desmatamento zero até 2030, entre 2023 e 2024 houve redução de 30% da área desmatada; que Brasil e EUA, como líderes no setor de biocombustíveis, podem aprofundar acesso recíproco aos seus mercados; e que o Brasil enfrenta desafios estruturais na proteção da **propriedade** intelectual (PI), mas vem avançando com iniciativas como a Estratégia Nacional de PI.

"A Amcham Brasil defende que os dois países reforcem a cooperação bilateral e adotem uma agenda positiva que vá além dos temas da investigação em curso, de modo a preservar a relação econômica bilateral - marcada por mais de um século de comércio e investimentos", diz a entidade em nota, que também critica a tarifa de 50% imposta pelos EUA a produtos brasileiros.

"A imposição de tarifas abrangentes pode gerar efeitos adversos nos dois países, além de abrir espaço para eventuais contramedidas brasileiras", alerta.

Brasil pede que EUA reavaliem investigação comercial sob risco de prejudicar relação

MERCADO

Em resposta formal, governo Lula afirma que práticas respeitam regras; apuração americana pode causar sanções de difícil reversão

Ricardo Della Coletta, Julia Chaib e Mariana Brasil

BRASÍLIA E WASHINGTON - O governo Lula (PT) pediu formalmente que o USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA) volte atrás na abertura de uma investigação comercial contra o Brasil. Disse que eventuais medidas unilaterais com base nessa apuração ameaçam minar o sistema internacional de comércio e ter consequências negativas para a relação bilateral entre os dois países.

"O Brasil insta o USTR a reconsiderar a abertura desta investigação e a engajar-se em um diálogo construtivo. Medidas unilaterais ao amparo da Seção 301 correm o risco de enfraquecer o sistema multilateral de comércio e podem ter consequências adversas para as relações bilaterais", diz o documento, assinado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

O governo diz ainda que as políticas brasileiras investigadas são transparentes, não discriminatórias e que estão em plena conformidade com as melhores práticas internacionais e com as obrigações do país na OMC (Organização Mundial do Comércio).

"O Brasil continua aberto a consultas e reafirma seu compromisso com a resolução de questões comerciais por meios cooperativos e legais", diz o governo.

A investigação do USTR contra o Brasil mira múltiplas frentes: comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas "injustas e preferenciais"; leis anticorrupção; proteção da **propriedade** intelectual; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

A apuração tem potencial de

causar danos adicionais à economia e traz riscos de sanções consideradas de difícil reversão. A investigação aberta ocorre no âmbito da chamada seção 301 da Lei de Comércio de 1974.

Ela autoriza o governo dos EUA a retaliar, com medidas tarifárias e não tarifárias, qualquer nação estrangeira que tome práticas vistas como injustificadas e que penalizam o comércio americano.

As normas dos EUA exigem que o país-alvo da investigação seja ouvido e apresente argumentos. O processo costuma durar 12 meses a partir do início da apuração.

O Brasil já esteve na mira do USTR antes, principalmente em apurações na década de 80 sobre os setores de informática e remédios. As investigações, porém, não eram tão abrangentes quanto a atual.

O texto foi coordenado pelo Itamaraty, a partir de esforço interministerial e de consultas ao setor privado. Em nota, o governo brasileiro afirmou que a manifestação demonstra que as alegações dos EUA são improcedentes.

O Brasil também reitera não reconhecer a legitimidade da Seção 301 e de outros instrumentos unilaterais, os quais o governo classificou como inconsistentes com as regras e o sistema de solução de controvérsias da OMC.

No documento, o Brasil relembra que compartilha com os Estados Unidos "mais de dois séculos de relações diplomáticas, baseadas no respeito mútuo e em valores democráticos" e essa "importante relação também inclui um nível significativo de integração

Continuação: Brasil pede que EUA reavaliem investigação comercial sob risco de prejudicar relação

econômica".

Diz ainda manter um regime comercial aberto e baseado em regras da OMC, além de manter diálogo "consistente e de boa-fé com seus parceiros comerciais, incluindo os Estados Unidos".

O governo Lula argumenta que o Brasil é o principal investidor sul-americano nos Estados Unidos e, nos últimos anos, seu fluxo de investimentos superou o de outros países.

Além da integração econômica, diz ainda o documento produzido pelo Itamaraty, os dois países compartilham objetivos globais, em especial nas áreas de energia, saúde pública e segurança regional.

País não é protecionista, afirma Haddad

O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, afirmou que o Brasil vem reduzindo suas tarifas efetivas nos

últimos 20 a 30 anos e que "é quase brincadeira" dizer que o país é protecionista.

"Não é verdade,

o Brasil não está fechado, o Brasil está procurando parceria a todo instante, com o mundo inteiro."

Essa busca, de acordo com Haddad, aparece não só nas negociações com blocos e grupos, mas também em tratativas bilaterais diretas.

Reportagem publicada pela Folha no domingo (17) mostra, com base em livro de economistas do Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP), que a imposição de barreiras tarifárias desde os anos 1980 teria contido a alta da produtividade, levando a economia à estagnação.

Brasil entrega resposta à Justiça dos EUA e diz que não adota práticas desleais no comércio bilateral

***G1

O governo brasileiro protocolou nesta segunda-feira (18) sua resposta oficial ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) na investigação aberta sob a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974. No documento, o Brasil afirma que não adota políticas discriminatórias, injustificáveis ou restritivas ao comércio com os EUA e que não há base jurídica ou factual para a imposição de sanções.

A apuração foi iniciada em julho, a pedido do governo de Donald Trump, e busca verificar se políticas brasileiras prejudicam empresas norte-americanas em áreas como sistemas de pagamento digital (PIX), etanol, propriedade intelectual e políticas ambientais relacionadas ao desmatamento.

Caso Washington conclua que há práticas desleais, poderá impor sobretaxas a produtos brasileiros exportados para os EUA.

"O Brasil insta o USTR a reconsiderar o início desta investigação e a iniciar um diálogo construtivo. Medidas unilaterais previstas na Seção 301 podem comprometer o sistema multilateral de comércio e ter consequências adversas para as relações bilaterais", escreveu o governo brasileiro na resposta.

Argumentos do BrasilNa manifestação enviada ao USTR, o Itamaraty defendeu que o comércio bilateral é mutuamente benéfico e que os Estados Unidos registram superávit histórico na relação. O Brasil também ressaltou que promoveu reformas em setores apontados pelos EUA e que todas são compatíveis com normas multilaterais.

"Não há prejuízo às empresas norte-americanas em comparação com companhias de outros países", diz o texto. Para o governo brasileiro, medidas unilaterais como sobretaxas seriam ilegítimas e contrárias às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

PIX e propriedade intelectualSobre o PIX, a defesa destacou que as regras de operação do sistema visam segurança, estabilidade e proteção do consumidor, sem restrições discriminatórias a empresas estrangeiras. Já em relação à **propriedade** intelectual, o Brasil sustentou que cumpre padrões internacionais e mantém marcos regulatórios em linha com os acordos da OMC.

Etanol e meio ambienteNo caso do etanol, o governo afirmou que adota políticas compatíveis com compromissos multilaterais e lembrou que o país pratica "tarifa zero" para produtos aeronáuticos, em referência às regras aplicadas à indústria da aviação. Quanto ao desmatamento, o Itamaraty argumentou que a política ambiental brasileira não constitui barreira comercial nem restringe a competitividade de empresas americanas.

CNI e Embraer também se manifestamAlém do governo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Embraer enviaram manifestações paralelas à investigação. A CNI afirmou que não há base jurídica ou factual para medidas restritivas e recomendou que as divergências sejam resolvidas via diálogo bilateral e cooperação técnica.

Já a Embraer destacou sua relevância no mercado americano, lembrando que um terço dos voos no Ae-

Continuação: Brasil entrega resposta à Justiça dos EUA e diz que não adota práticas desleais no comércio bilateral

roporto Nacional Ronald Reagan, em Washington, é operado com aeronaves da empresa brasileira. A companhia também ressaltou sua contribuição à defesa e à mobilidade aérea dos EUA e classificou eventuais tarifas contra seus produtos como "contrárias aos interesses norte-americanos".

O processo segue em análise pelo USTR. Uma audiência pública está marcada para 3 de setembro, quando representantes de empresas, entidades e governos poderão apresentar argumentos adicionais. Até lá, a pressão política deve continuar a crescer, com risco de novas tensões no comércio bilateral.

Próximos passos

CNI envia defesa aos EUA e pede uso de canais de cooperação existentes para relação comercial justa

ECONOMIA E NEGÓCIOS

Entidade reforça que restrições às importações colocariam em risco a parceria bilateral e defende ambiente de negócios previsível, inovador e sustentável. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) encaminhando nesta segunda-feira ao Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) um documento no qual buscou rebater críticas e destacar avanços do Brasil em diferentes áreas estratégicas, no âmbito do processo aberto pelo governo norte-americano contra o que classifica como "práticas desleais" de comércio supostamente praticadas pelo país. Na defesa, a CNI afirma que o Brasil não adota práticas que prejudiquem empresas americanas no comércio digital e nos serviços de pagamentos eletrônicos, citando o Pix como exemplo de inovação comparável ao FedNow, do Federal Reserve. Ressaltou seus efeitos positivos sobre a inclusão financeira e o comércio eletrônico.

Outro ponto destacado pela entidade é que as preferências tarifárias concedidas a países como México e Índia estão em conformidade com acordos internacionais, sem afetar a competitividade dos Estados Unidos, que já se beneficiam de tarifas médias mais baixas no mercado brasileiro, em torno de 2,7%, contra 4,7% para produtos indianos e 3,2% para mexicanos.

O documento ressalta ainda o arcabouço legal anticorrupção do Brasil, com destaque para a independência do Judiciário e a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) - fatores que, segundo a entidade, garantem previsibilidade e segurança ao ambiente de negócios.

Em relação à propriedade intelectual, a CNI cita medidas que reduziram o tempo médio de análise de **patentes** para 2,9 anos em 2025 - próximo aos padrões de países desenvolvidos - , além de políticas de combate à **falsificação** e à **pirataria**. A entidade tam-

bém rebate críticas relacionadas ao etanol, afirmando que o Brasil não adota práticas discriminatórias contra os Estados Unidos e lembrando que, como maiores produtores globais do biocombustível, os dois países têm interesse comum em expandir a demanda internacional.

Na agenda ambiental, a CNI destaca o fortalecimento das leis e da fiscalização contra o desmatamento ilegal, além do controle rigoroso sobre a produção e comercialização de produtos florestais, que exige licenciamento em todas as etapas da cadeia produtiva.

"Ainda assim, na medida em que o USTR conclua que quaisquer ações sob a Seção 301 sejam justificadas, instamos a Administração a reconhecer que restrições às importações apenas colocariam em risco a relação mutuamente benéfica entre os Estados Unidos e o Brasil. O USTR deveria recomendar que Estados Unidos e Brasil utilizem os canais estruturados de cooperação já existentes para garantir que a relação comercial e de investimentos continue justa, recíproca e benéfica para ambos os países", disse a CNI.

CNA já fez defesa na sexta-feira

A defesa da CNI se soma ao posicionamento apresentado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na última sexta-feira. A CNA afirmou que sua manifestação se concentra em três dos seis pontos da investigação americana: "Tarifas Preferenciais", "Acesso ao Mercado de Etanol" e "Desmatamento Ilegal".

- O Brasil se tornou um grande exportador agrícola porque somos altamente produtivos e competitivos. A CNA, que representa mais de 5 milhões de produtores rurais brasileiros, tem confiança de que a in-

Continuação: CNI envia defesa aos EUA e pede uso de canais de cooperação existentes para relação comercial justa

investigação americana comprovará o compromisso, não só do agro, mas de toda a economia brasileira, com um comércio internacional justo, transparente e baseado em regras claras - disse Sueme Mori, diretora de Relações Internacionais da CNA, lembrando que os EUA são o terceiro principal destino das exportações agropecuárias brasileiras.

Sobre as "tarifas preferenciais", a CNA explicou que o Brasil concede tratamento tarifário diferenciado de forma limitada, com base em acordos compatíveis com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e com a Cláusula de Habilitação da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Esses acordos representam apenas 1,9% das importações brasileiras e não discriminam ou prejudicam as exportações americanas", destacou a entidade, lembrando que os EUA possuem acordos de livre comércio com 20 países.

No tema "acesso ao mercado de etanol", a CNA lembrou que, entre 2010 e 2017, houve isenção tarifária para o etanol dos EUA, mas que a alíquota passou a ser de 18% com a adoção da chamada tarifa de Nação Mais Favorecida. A entidade ressaltou, no entanto, que essa taxa é inferior à aplicada aos países do Mercosul, que pagam 20%. "A política tarifária é transparente, não discriminatória e em conformidade com a OMC. A CNA defende a cooperação bilateral com os EUA na transição energética, especialmente em bioenergia e combustíveis sustentáveis, reconhecendo a relevância desses produtos para a descarbonização global", destacou.

Em relação às alegações de desmatamento ilegal, a CNA reforçou que o Brasil possui legislação ambiental robusta e avançada, além de ferramentas para garantir rastreabilidade e conformidade da produção agropecuária e da exploração de madeira.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

3, 5, 7, 9, 13, 14, 16

Patentes

3, 5, 7, 9, 18

Pirataria

5, 9, 18

Direitos Autorais

9